



NOTA DE APOIO À ATUAÇÃO DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DA BAHIA

A Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (AMPEB), entidade privada que congrega e legitimamente representa Promotores e Procuradores de Justiça da Bahia, ativos e aposentados, vem a público, por ocasião da notícia veiculada nesta data no Bahia Notícias (quinta feira, 11 de outubro de 2018, 00:00), **APOIAR a atuação aguerrida, ativa e imparcial dos Membros do Ministério Público do Estado da Bahia em primeira instância.**

Com efeito, **os números da produtividade dos colegas na defesa do interesse e patrimônio públicos põem em xeque as expressões ali trazidas:** os Promotores de Justiça baianos instauraram 40% (545) dos Procedimentos Administrativos sobre Improbidade Administrativa da região Nordeste (1.339) no ano de 2016, e 17,2% (1.123) dos 6.528 Inquéritos Cíveis totais da região sobre o mesmo tema (Fonte: “Ministério Público: Um retrato”, publicado pelo CNMP em junho de 2017).

E assim o fizeram apesar de o MPBA ainda ser apontado na mesma publicação como o último do país quanto ao número de membros por população (4,17 Membros/100 mil habitantes), **sem contar com assessores nas Promotorias de Justiça**, pleito reiterado pela Associação de Classe há 7 anos, desde quando os Magistrados baianos passaram a ter o reforço do trabalho de assessores para otimizar sua atuação.

Com 253 cargos de membros vagos no MP Baiano (Fonte Portal Transparência MPBA – abril 2018), além da desativação de 33 promotorias de Justiça no interior do Estado em julho de 2017 sem o incremento estrutural correspondente para fazer frente ao acréscimo de demanda, e sem contar com assessores, **munidos do esforço pessoal e do compromisso à Instituição abraçada e à responsabilidade de defender o interesse público, os Promotores de Justiça da Bahia não esmorecem em sua atuação. Atuam de forma imparcial e ativa no ajuizamento de ações cíveis e criminais**, inclusive naquelas em que, com o fim do mandato, o gestor público perde a prerrogativa de foro, contando com o apoio da AMPEB nas mais diversas investidas dos acionados contra os associados, na vã tentativa de tolher, ou fazer recuar, o trabalho ministerial.

Muitas das ações envolvendo autoridades são de conhecimento público, a exemplo da Operação *Adsumus*, com ajuizamento pelos Promotores de Justiça de 07 ações penais, 03 ações cíveis públicas, 03 colaborações premiadas com devolução de mais de 3 milhões de reais aos cofres públicos e mais de 40 milhões de bloqueios de ativos, com desenrolar processual ágil e condenação criminal realizada.

Nesse diapasão, **a AMPEB refuta generalizações distorcidas e afirma confiança no trabalho dos Promotores de Justiça do Estado da Bahia, que desincumbem exemplarmente seu mister.**

Salvador, 11 de outubro de 2018.


JANINA SCHUENCK BRANTES SACRAMENTO

Presidente da AMPEB